

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

**A VOZ DAS EDUCADORAS: QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO E SUAS
IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE EDUCACIONAL**

Josiane Barboza dos Santos¹

RESUMO

Este artigo com o tema *A voz das educadoras: questões de raça e gênero e suas implicações no ambiente educacional* tem como objetivo principal analisar os impactos do debate sobre questões raciais e de gênero no ambiente escolar, a partir da percepção de professoras negras do ensino fundamental, médio e universitário. Reconhecendo a escola como elemento fundamental na construção cidadã do sujeito autônomo e protagonista, é necessário que esta busque, através de suas práticas, desnaturalizar as desigualdades e construir formas de promover mudanças significativas no *status quo*, efetivando direitos, equidade e uma educação libertadora e democrática. Buscando aprofundar o conhecimento sobre a relação entre escola x racismo x sexismo, assim como as práticas utilizadas para combater ou perpetuar o problema mencionado, utilizaremos como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica através das obras de GRADA KILOMBA (2019), ANGELA DAVIS (2015), BELL HOOKS (1994) entre outras que contribuíram com a explanação da temática em questão aliadas a entrevistas semi-estruturadas com 3 professoras atuantes na rede pública de ensino, autodeclaradas negras, que relatam suas perspectivas sobre as questões raciais e de gênero no ambiente educacional.

Palavras – Chave: Racismo, Sexismo, Ambiente educacional, Educação libertadora.

¹ Discente do curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Data de submissão e aprovação: 31/01/2022.

Instituto de Educação a Distância - IEAD - UNILAB - Campus dos Palmares, Bloco II, 1º Andar, Sala 112, Rodovia CE-060, Km 51, S/n.– Acarape, Ceará
CEP: 62.785-000, CNPJ: 12.397.930/0001-00.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

INTRODUÇÃO

Mais de um século após a abolição formal da escravidão no Brasil, a população negra segue buscando legitimar sua existência e ter seus direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais garantidos. Durante muito tempo, vivemos sob o mito da democracia racial, que afirmava a convivência pacífica e igualitária entre os povos, negando uma realidade desigual e impedindo a compreensão de um sério problema: o racismo estrutural, que articula os espaços que a população pode ocupar de acordo com sua raça/etnia, gerando enormes prejuízos para a população negra, relegando-a à marginalização social.

Diante de cenário tão hostil, é imprescindível que o processo educacional seja agente transformador na sociedade, promovendo uma educação afirmativa, antirracista e antissexista, contribuindo para a desconstrução desse sistema desigual e anacrônico. Para que isso ocorra, não são suficientes leis repressivas que, por muitas vezes, não são cumpridas, mas a transformação radical nas práticas de ensino através da reflexão e problematização – individual e coletiva - da estrutura de ensino. É necessário analisar os impactos causados à formação do sujeito que, desde cedo, é submetido a um processo de ensino-aprendizagem tendencioso e limitante que gera prejuízos pedagógicos e psicológicos, sendo condenado a um papel social coadjuvante e estereotipado.

Inicialmente, a intenção deste artigo seria analisar como se dá o processo de construção e fortalecimento da identidade negra em duas escolas de ensino fundamental e médio da cidade de Ocara - situada a 101 km de Fortaleza - assim como a abordagem didática utilizada para por em prática a Lei nº 10.639/03. No entanto, durante o processo do estudo, decidiu-se por fazer uma abordagem mais abrangente da temática através de entrevistas com professoras do ensino fundamental, médio e universitário a fim de utilizar as diferentes visões das docentes - sujeitos atuantes - para enfatizar a importância de ações afirmativas e valorativas no ambiente escolar nas três etapas de ensino, visto que o ambiente educacional deve promover uma didática democrática de forma a contribuir para a redução/extinção da segregação e desigualdade.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

Ao analisarmos as problemáticas que envolvem o tema abordado, os questionamentos que podemos levantar são: De que forma a escola influencia na formação identitária do ser humano? Práticas educacionais discriminatórias no contexto escolar impactam no processo de ensino-aprendizagem? De que forma o racismo estrutural se faz presente no ambiente educacional? Como é possível por em prática uma educação libertadora, antirracista e antissexista? Buscamos, dessa forma, suscitar reflexões sobre caminhos possíveis de mudança nas práticas pedagógicas para que estas sejam renovadas e culminem em didáticas efetivamente mais humanizadas e de enfrentamento ao racismo e sexismo, relacionando a discussão presente no material bibliográfico às experiências das profissionais da educação, a fim de percebermos como os ambientes educacionais reproduzem as opressões de raça e gênero e quais os impactos que isso acarreta para a formação plena do sujeito e, conseqüentemente, para a sociedade em geral.

Na obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013), bell hooks trata da “ascensão da supremacia branca” e “crescente apartheid social e econômico que separa brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres” (HOOKS, 2013, p. 41), realidade análoga à vivida pelos brasileiros no cenário político atual, o que torna urgente a discussão das opressões de forma interseccional², buscando a desmistificação de valores neoconservadores idealizados, na intenção de promover uma verdadeira “revolução de valores”, afinal

Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e amor pela liberdade. (HOOKS, 2013, p. 50)

Este artigo busca gerar reflexão e conhecimento discutindo a problemática do racismo estrutural no ambiente escolar/acadêmico, assim como as opressões de gênero e a responsabilidade destas instituições em desconstruir estereótipos racistas e sexistas. A

² Na obra *Interseccionalidade*, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge afirmam que “Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.” (p. 12)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

abordagem do problema apresentado se deu através de pesquisa qualitativa - pois as relações entre sujeito e sociedade são indissociáveis - utilizando o método narrativo, buscando aprofundar o conhecimento sobre a relação entre escola x racismo x sexismo, assim como as práticas utilizadas para combater ou perpetuar as problemáticas. Todo o processo de desenvolvimento deste artigo ocorreu entre os meses de setembro de 2021 a janeiro de 2022.

Para alcançar o objetivo pretendido, utilizamos como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica através das obras de Angela Davis (2015), bell hooks (1994), Djamila Ribeiro (2019), Grada Kilomba (2019) entre outras que contribuíram com a explanação da temática. É importante ressaltar a relevância das impressões de profissionais da educação que, através de seus relatos, dão voz a um problema ainda negligenciado pela maioria das instituições. Para tanto, após o estudo bibliográfico, foram realizadas entrevistas com professoras atuantes no ensino fundamental, médio e superior tencionando analisar as práticas didáticas voltadas às questões de gênero, raça e ao ensino da cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino sob a perspectiva das narrativas destas profissionais e suas experiências identitárias, pois, segundo Kilomba:

Tem-se o direito de ser um sujeito – político, social e individual – em vez da materialização da Outridade, encarcerada no reino da objetividade. Isso só se torna concebível quando existe a possibilidade de expressar a própria realidade e as experiências a partir de sua própria percepção e definição, quando se pode (re)definir e recuperar a própria história e realidade. (KILOMBA, 2019, p. 81/82)

Os critérios utilizados para a escolha das entrevistadas basearam-se em meus contatos pessoais, profissionais e principalmente na disponibilidade de tempo das professoras, haja vista suas demandas no período de retorno às aulas presenciais. O fator raça também foi preponderante neste processo, assim, a professora de ensino fundamental se autodeclara parda e as de ensino superior e médio, negras – apesar de esta última relatar que consta “parda” em sua certidão de nascimento. Para enriquecimento das experiências relatadas, a faixa etária foi bem diversificada, estando as entrevistadas na casa dos 30, 40 e 50 anos.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

Pela maior conformidade com suas rotinas pessoais e profissionais, as entrevistas foram realizadas pela plataforma Google Meet, ocorrendo duas no período da tarde e uma no período da noite. O tempo de duração das entrevistas foi bem distinto, o que ilustra as diferentes realidades vividas por cada profissional. Enquanto a professora universitária e a de ensino médio se mostravam com a tarde toda disponível e se sentiam à vontade para fazer profundas reflexões sobre as temáticas, a professora de ensino fundamental só dispunha do turno da noite e deu sua contribuição enquanto estava no salão de beleza, com falas breves e objetivas. As reflexões suscitadas que nortearam a análise das narrativas foram:

- A importância da escola na formação e desenvolvimento da consciência étnico-racial das/os estudantes;
- A importância da Lei nº 10.639/03 e seus impactos na prática pedagógica;
- Questões de raça e gênero no ambiente educacional;
- Caminhos para uma educação antirracista, antissexista e libertadora.

A pesquisa foi realizada com algumas limitações, haja vista o período pandêmico que trouxe novos desafios e sobrecarga para quem exerce o magistério, fato que reduziu o tempo disponível para estudo, entrevistas e escrita. No entanto, esta se fez necessária, pois sempre me incomodou o espaço que me era delimitado por questões de gênero, raça e todas as outras questões familiares que me atravessam e estão inter-relacionadas (violência doméstica, alcoolismo, abandono parental) fazendo com que minha tristeza desse lugar à revolta e esta me impulsionasse a querer contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humanizada, sendo a escola um elemento fundamental neste processo.

Mesmo com pais vivos, fui criada por uma avó branca pouco afetiva, e cresci ouvindo e vivenciando a opressão de raça em casa, na escola, nas festas, mas sem compreender direito porque o mundo parecia não ser feito para mim. Durante a adolescência, ao utilizar a leitura literária como fuga do mundo real, comecei a entender alguns mecanismos de discriminação e, ao ingressar na faculdade em busca de alternativa profissional que me libertasse de continuar como empregada doméstica, tive a certeza de que não havia problema com minha aparência, mas com a forma como as

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

relações eram estruturadas para que eu só pudesse ocupar um espaço marginal. Hoje, compreendo a surpresa de meus ex-professores ao saberem que eu estava no ensino superior, o fato de muitas pessoas dizerem que eu não pareço professora ou, no exercício de minha profissão, já ter sido chamada de “tia da merenda”.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em quatro tópicos que discutem as temáticas supracitadas relacionando a pesquisa bibliográfica aos relatos e reflexões presentes nas entrevistas realizadas; as considerações finais que sintetizam o debate e culminam na discussão de caminhos possíveis para intervenção nas práticas educacionais; e as referências bibliográficas que foram essenciais para o embasamento e aprofundamento teórico.

A importância da escola na formação e desenvolvimento da consciência étnico-racial das/os estudantes

Em sua obra *O que é racismo estrutural?* (2018), Silvio Almeida possibilita a compreensão do racismo como uma “manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade.” (ALMEIDA, 2018, p. 15-16), esclarecendo aspectos de suas características histórica, econômica e política, apresentando explanações didáticas sobre os mecanismos que constituem esse sistema de dominação racial e possibilitando, assim, que sejam traçadas estratégias de transformação social.

Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas *torna-se* a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos. (ALMEIDA, 2018, p. 53)

Ao analisarmos dados sobre o analfabetismo, evasão ou reprovação escolar no Brasil, percebemos que o fator racial é predominantemente determinante³, o que

³ Pesquisa divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo em 15 de julho de 2020 afirma que “Dos 10 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade que deixaram de frequentar a escola sem ter completado a educação básica, 71,7% são pretos ou pardos. A maioria afirma ter deixado de estudar porque precisava trabalhar.”

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

impacta em outras questões sociais vividas pela população negra como o desemprego ou atuação em funções subalternizadas, a presença majoritária desta nos presídios⁴, e o fato de serem as maiores vítimas de violência policial e doméstica. Por isso, embora o foco do presente trabalho seja a questão racial no contexto escolar/acadêmico, devemos mencionar que as relações de dominação e opressão não se restringem às questões raciais, mas perpassam uma série de fatores interseccionais - como gênero, classe, sexualidade - que inserem determinados indivíduos em grupos mais ou menos privilegiados.

A filósofa Djamila Ribeiro em seu *Pequeno manual antirracista* (2019) aborda o estudo do racismo estrutural da seguinte forma: “O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências.” (RIBEIRO, 2019, p.9) Esta obra traz um conteúdo simples e didático que colabora de forma contundente na construção de um comportamento antirracista que deve ser adotado por pessoas de todas as esferas sociais e em todos os ambientes. Isso requer, sobretudo, uma autoavaliação de nossas práticas cotidianas, visto que estamos inseridos em um contexto estrutural e culturalmente racista, sendo necessária uma prática constante de desconstrução e reeducação, tornando possível a atuação de cidadãos protagonistas, esclarecidos e conscientes de seu *locus social*, “isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com suas experiências em comum.” (RIBEIRO, 2019, p. 35);

Por causa do racismo estrutural, a população negra tem menos condição de acesso a uma educação de qualidade. Geralmente, quem passa em vestibulares concorridos para os principais cursos nas melhores universidades públicas são pessoas que estudaram em escolas particulares de elite, falam outros idiomas e fizeram intercâmbio. E é justamente o racismo estrutural que facilita o acesso desse grupo. (RIBEIRO, 2019, p. 43)

Durante as entrevistas realizadas, as três professoras disseram considerar imprescindível o papel da escola na formação e desenvolvimento da consciência étnico-

⁴ Pesquisa divulgada pelo Portal G1 em 19 de outubro de 2020 afirma que “Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública”.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

racial das/os estudantes e afirmam que esta discussão deveria começar na família, mas que isso raramente ocorre mesmo que estas/es estejam inseridas/os em famílias negras. A professora de ensino fundamental lamenta que ainda seja necessário discutir questões raciais em um país miscigenado como o Brasil, a de ensino médio enfatiza a responsabilidade da escola na formação cidadã e na desconstrução de estigmas. Relata ainda que, mesmo nas formações de docentes, percebe que as práticas continuam passando uma imagem estigmatizada do povo negro, “que sua potencialidade continua sendo escondida, ressaltando só a parte ruim da história”.

A professora universitária considera o fato de as escolas não tratarem ou não tratarem adequadamente o racismo estrutural em nosso país como o maior agravante da dificuldade de vencermos este problema, pois é lá que somos definidos a partir do olhar do outro, sendo este um lugar importantíssimo para que os brasileiros se reconheçam e se compreendam. Ela relata que, mesmo nas escolas públicas, “onde temos a maior parte da população negra como resultado da escravatura”, o racismo é um problema escamoteado porque, muitas vezes, as próprias professoras negras retintas não se sentem confortáveis em enfrentá-lo, já que na maioria das escolas continua-se impondo uma estética branca. Como exemplo, cita o momento dos festejos de São João, quando, na hora de escolher os pares e destaques, sempre vem à tona a exigência de beleza a partir de um parâmetro da estética branca, o que é uma violência às/os estudantes racializadas/os.

Ela conta ainda que, no começo de seu magistério, lecionava na rede particular de Salvador – SALVADOR (ênfase da entrevistada) – onde, ou não havia pessoas negras na sala porque era colégio de classe média alta, ou havia uma ou duas que eram silenciosas, não participavam da aula. Ela classifica a questão racial no Brasil como muito complexa por existir uma setorização também de classe, que impõe às pessoas buscarem um branqueamento, “como se achassem que precisam ser menos negras em determinadas situações, porque no Brasil tem essa confusão de uma mestiçagem que se apaga.”

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

A experiência como mulher negra estudante de escola/universidade pública e, hoje educadora, me permitiu presenciar e vivenciar diversas situações (implícitas e explícitas) de racismo no ambiente escolar, como falta de mediação adequada em conflitos, apagamento/silenciamento das crianças negras em eventos e demais atividades escolares, falta de representatividade no material didático e negligência total no que se refere aos conflitos raciais que assolam as crianças negras que, normalmente, carregam dois comportamentos como estigma:

1. São extremamente tímidas e introvertidas, buscando a invisibilidade por se sentirem rejeitadas pelas/os colegas;
2. São extremamente extrovertidas, sorridentes e “engraçadas”, buscando a aceitação e validação das/os colegas, muitas vezes, através de piadas autodepreciativas.

Ambos os comportamentos citados demonstram total insegurança da pessoa negra no ambiente escolar – o não pertencimento - como se ocupasse um lugar que não é seu por direito. É importante ressaltar que a postura da escola com relação ao tema em questão não necessariamente é intencionalmente racista ou negligente, mas reproduz de forma sistemática o racismo estrutural que assola todo o corpus social. Se a instituição escolar não se compromete em repensar suas práticas educacionais a fim de promover políticas de enfrentamento, ela prejudica de forma definitiva o desenvolvimento do sujeito, deixando-o refém de um sistema estruturalmente segregador que ignora completamente o direito à dignidade humana das pessoas negras, assassinando-as – simbólica e literalmente – todos os dias.

A importância da Lei n° 10.639/03 e seus impactos na prática pedagógica

Em *Corpo-território e educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência* (2020), o professor Eduardo Oliveira Miranda enfatiza a necessidade de conhecer e trabalhar o legado africano e afro-brasileiro a fim de romper paradigmas e fortalecer a identificação pessoal com sua ancestralidade, possibilitando uma reconstrução de sua identidade individual e coletiva. Esse processo de autodescoberta propicia ao sujeito um novo olhar sobre si, sobre o mundo e as

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

implicações identitárias na ocupação de espaços, de lugar de fala e responsabilidade social para além do ambiente escolar, por isso a relevância da Lei nº 10.639.

A professora do ensino fundamental relata que seu primeiro contato com a Lei supracitada foi através do Projeto A Cor da Cultura⁵ e que a partir dessa experiência, passou a implementar as questões raciais em sua prática, pois considera que a Lei “impulsiona programas, projetos e ações que acabam sendo vivenciados e desenvolvidos nas escolas e que precisam ser incorporados nas práticas pedagógicas.”

A professora de ensino médio explica que a Lei torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas e enfatiza o fato de esta obrigatoriedade ocorrer não só na escola pública, mas também na particular. Ela afirma que desde 2003 percebe, mesmo que de forma lenta, uma mudança significativa com relação à cultura africana e afro-brasileira no currículo das escolas, é o que ela chama de ressignificar o ensino, mostrando a importância destes na construção da nossa história. A professora universitária também enfatiza o fator obrigatoriedade em seu discurso, quando considera que a Lei 10.639 “foi quem começou a dar um norte, um conteúdo, uma necessidade de discussão obrigatória e, é claro, o próprio movimento da militância negra, que começou a exigir que isso fosse discutido.” No entanto, no cotidiano escolar/acadêmico, a concretização da Lei se depara com uma mentalidade formada numa cultura racista e na rotina de trabalho massacrante dos professores. “Penso nos jovens que serão os professores daqui a 10 anos, há uma outra mentalidade se formando porque a discussão está nas redes sociais, nas novelas, nos filmes - como Gama e Mariguella -, e como não crescemos imunes ao discurso racista que nos formou, eles também não se formarão imunes a essa discussão. É essa a esperança que eu tenho.”

A professora e teórica estadunidense bell hooks em sua obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013) defende um sistema que

⁵ Criado em 2004, o Projeto é fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a Seppir - Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial, tendo como objetivo colaborar na implementação da Lei nº 10.634 e na valorização da cultura afro-brasileira através de formações de educadores e de material pedagógico específico.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

rejeita a objetificação de professores e alunos, enaltecendo a subjetividade de cada um dos atores no processo de construção da educação.

A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será capacitado e fortalecido por esse processo. Esse fortalecimento não ocorrerá se nos recusarmos a nos abrir ao mesmo tempo em que encorajamos os alunos a correr riscos. (HOOKS, 2013, p.35)

Podemos perceber, portanto, que a reprodução de práticas estereotipadas no contexto escolar, assim como a não valorização histórica e cultural da população negra perpetua as desigualdades sociais pautadas nas questões de raça, visto que não fortalece o indivíduo para que este atue de forma plena na sociedade, reconhecendo seu papel social, identitário e ocupando espaços de poder.

Questões de raça e gênero no ambiente educacional

Na obra *Memórias da plantação* (2019), Grada Kilomba argumenta que racismo e sexismo são processos semelhantes, mas que não podem ser compreendidos como paralelos por afetarem e posicionarem grupos de pessoas de forma diferente e se entrelaçarem no caso das mulheres negras. Sobre a reprodução de opressões vividas na academia, bell hooks (2013) aborda a necessidade de uma verdadeira revolução nas práticas pedagógicas para que seja possível celebrar a construção do sujeito através da diversidade cultural.

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e a partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade. (HOOKS, 2013, p. 45)

Em seu relato, a professora de ensino fundamental afirma que sempre se incomodou com as questões raciais e de gênero, o que a levou a assumir um compromisso como pessoa e profissional de contribuir para o que chama de “processo de libertação” - inclusive seu - e volta a enaltecer o Projeto A Cor da Cultura como alicerce teórico e referencial. Ela acrescenta ainda que, em sua atuação como professora polivalente, costuma aproveitar as histórias e principalmente brincadeiras para trabalhar

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

a temática de gênero de forma lúdica através de brinquedos diversos e percebe que, independente de gênero, todo mundo brinca e se diverte.

A professora universitária lembra que teve contato primeiro com a questão de gênero através de Simone de Beauvoir e só depois conheceu Lélia González, mas considera as duas questões (de raça e gênero) inseparáveis e intimamente ligadas a sua profissão. Ela fala sobre sororidade⁶ e potência das mulheres africanas e afro-descendentes no Brasil e na diáspora em lidarem com as diversas opressões que lhe atravessam. “O que sei é que, para onde eu olho, as mulheres negras na diáspora sempre transformaram dor em arte. Sempre! E fizeram isso, sobretudo, para resistirem e criarem seus filhos. Por isso concordo tanto com a ideia de que quando a mulher negra se move, toda a sociedade se move com ela.”

A professora de ensino médio diz se incomodar e entristecer com as manifestações de “preconceito” presenciadas no cotidiano escolar, e fala de empatia ao relatar que fica constantemente com a sensação de que foi ela a ofendida. Relata que quando trata de questões como machismo e racismo nas aulas, percebe que as/os estudantes se sensibilizam porque muita/os passam por isso, mas não têm coragem de falar sobre suas vivências, sendo este outro debate que deve ser levantado: a coragem de falar sobre a violência sofrida. Ela diz que são muitas questões que envolvem as problemáticas de raça e gênero, mas que a escola é terreno fértil para que sejam plantadas as sementes de esperança em uma sociedade mais humana.

Sobre a reprodução de racismo nas instituições de ensino, as três entrevistadas afirmaram ser uma prática recorrente, passada de geração a geração e reproduzida pelos sujeitos escolares. A professora de ensino médio lembra que a opressão de raça perpassa situações como o lápis cor-de-pele ou as manifestações no mês da Consciência Negra que, geralmente, associam a imagem do negro ao sujeito escravizado/sofredor, e diz

⁶ Para além da sororidade, Vilma Piedade cunhou o termo “dororidade” para se referir às opressões de gênero e raça que se entrelaçam, diferenciando a realidade vivida pela mulher negra. (Revista Cult, em 30 de novembro de 2017)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA**
IEAD – Instituto de Educação a Distância

sentir como se, tanto na escola, como na sociedade em geral, a beleza, a inteligência, a esperteza fossem definidas pela cor da pele, o que é um grande equívoco. Sobre a questão de gênero, esta afirma que sua formação em História propicia muito essa discussão e que sempre procura associar o conteúdo à realidade das/dos discentes, abordando temas como machismo e feminicídio.

A professora universitária lembra a reprodução de racismo através da não revisão dos conteúdos, o que contribui sobremaneira para o apagamento de importantes personalidades negras da história e considera inaceitável ter passado pela licenciatura e pelo mestrado sem conhecer Maria Firmina dos Reis e ter conhecido Machado de Assis como homem branco, Lima Barreto como homem branco e alcoólatra. Ela relata que todo conteúdo que escolhe para trabalhar nas aulas tem relação com a questão racial e com a questão de gênero porque esse é seu material de discussão de vida, seu jeito de olhar o mundo. Lembra ainda que a gradação de cores em sua família hierarquizava pessoas e isso a incomodava muito, pois sua avó - que nasceu em uma senzala - era negra de pele clara, casou com um homem retinto e teve 13 filhos de todos os tons de pele, mas chamava o filho mais escuro de “Tição”. Quando as filhas e netas começaram a ter filhos, a discussão era sempre sobre quem tinha a “barriga limpa” ou “barriga suja”, então, a naturalização do racismo dentro da família foi sua primeira escola sobre o assunto.

As discussões começaram a se fazer presentes em sua vida durante o ensino médio, quando ela começou a fazer política estudantil e ter contato com feministas e pessoas do Movimento Negro, mas na faculdade (na primeira metade da década de 80) não teve contato com literatura afro-brasileira. Ela considera que ainda há grande resistência dentro da academia em trabalhar questões de gênero de forma mais aprofundada e diz não saber se isso é fruto apenas do racismo estrutural ou uma “preguiça de ter que rever o que já foi estudado e conhecer pensamentos como o de Lélia Gonzáles, que é uma mulher tão importante e tão pouco lida, por exemplo.”

A professora de ensino fundamental diz ter sido na academia que aprofundou seu conhecimento sobre a questão de gênero e passou a refletir sobre as diversas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

opressões que as mulheres sofrem no mundo, principalmente através de uma professora que falava dos países onde as mulheres são obrigadas a casarem-se quando ainda crianças. A de ensino médio relata que a maior parte de sua experiência sobre as temáticas em questão surgiu com a prática em sala de aula, já que sua grade curricular (2008) trazia algumas abordagens sobre questões de raça e gênero, mas de forma ainda sutil. Ela conta que, por mais que não tivesse uma disciplina voltada ao estudo da cultura africana e afro-brasileira, os professores abordavam muito essas questões, e considera ser importante que o debate seja levantado por quem entende e defende a causa, através tanto das leis quanto das vivências.

Caminhos para uma educação antirracista, antissexista e libertadora

Na obra *A liberdade é uma luta constante* (2018), a professora e filósofa estadunidense Angela Davis afirma que o debate das questões raciais perpassa todos os âmbitos sociais e que esta não deve ser uma luta pessoal, mas coletiva. Daí a responsabilidade da escola em promover momentos de discussão e reflexão, cumprindo o que estabelece a Lei nº 10.639/03. Através dessa ação valorativa é possível despertar o indivíduo para os marcadores sociais que determinam as posições ocupadas pela população negra e não-branca, desvelando o sistema hegemônico estabelecido culturalmente.

O chamado ao diálogo público sobre raça e racismo é também um chamado ao desenvolvimento de um vocabulário que nos permita estabelecer conversas construtivas. Se tentarmos usar um vocabulário obsoleto, nossa consciência sobre o racismo permanecerá superficial, e poderemos facilmente sofrer pressão para admitir, por exemplo, que mudanças nas leis produzem espontaneamente mudanças efetivas no mundo social. (DAVIS, 2018, p. 86)

A criação de leis não basta para a desconstrução de práticas racistas no ambiente escolar. Para que essa realidade mude, a professora universitária enfatiza a necessidade de desconstruirmos o equívoco de pensar que não há ideologia na escola. O que precisa ser observado é qual ideologia e de que forma ela está sendo repassada, revendo e discutindo comportamentos e relações. Precisamos começar a pensar que a escola deve ser lugar acolhedor e democrático e, para isso, não pode trabalhar a partir de um pensamento hierárquico e eurocêntrico. Nesse viés, a professora do fundamental

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

considera que o caminho seja mais sobre “sentir empatia e compaixão para com todas as pessoas que sofrem por estas questões” e considera que a contemplação e intensificação de ações que capacitem as pessoas que permeiam os ambientes de ensino seja fator essencial para que isso ocorra. É importante destacar o quanto as vivências são determinantes para criar as condições necessárias para a construção de uma educação que contemple sua existência e pertencimento social. Para bell hooks, “A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim.” (2013, p. 86).

Sobre isso, a professora de ensino médio diz que a primeira coisa a ser feita é reconhecer e aceitar que o racismo existe. “Aceitar não no sentido de passividade, mas de motivação para a mudança.” Para isso, as escolas precisam mudar os currículos, pois, mesmo sendo tema obrigatório, muitas vezes essas questões não são priorizadas. Segundo ela, o aluno deve sentir-se bem, reconhecer sua própria história e se reconhecer culturalmente no espaço escolar, sem nenhuma forma de segregação.

Para a professora universitária, o caminho é esse que estamos vivendo, de insistir com essa discussão e, passada essa tempestade de política neonazista – “porque agora estamos sobrevivendo, resistindo” -, retomar a ocupação dos espaços acadêmicos e escolares com a discussão da democratização dos direitos humanos. “A gente SÓ quer que as pessoas sejam respeitadas e devemos exigir isso na escola primária, na universidade e em todos os aspectos, desde a formulação dos conteúdos até as relações sociais.” A professora de ensino fundamental diz acreditar em uma educação totalmente despida de preconceito, de opressão, de medo. Uma educação onde se possa ter espaço e liberdade para opinar, para discordar. A de ensino médio lembra que uma das competências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) fala de tornar as/os alunas/os seres críticos, e ela pensa no quanto isso é um desafio quando, muitas vezes esta/e aluna/o se encontra desmotivada/o e apática/o em sala de aula, cabendo ao professor pensar qual estratégia irá ser responsável por despertar essa consciência de ser atuante, pensante, falante, valorizando o conhecimento que a/o estudante já tem e que pode contribuir no conhecimento acadêmico, pois, muitas vezes a escola é o único espaço onde a/o discente tem contato com essas temáticas.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

A professora universitária conclui que educação libertadora é aquela que parte do pressuposto de que as pessoas são diferentes, têm necessidades diferentes, mas têm direitos iguais e devem ser tratadas com equidade, que precisamos ter esse horizonte como alvo e, enquanto isso não estiver no horizonte da educação, iremos “continuar criando tiranos e formando tiranos para serem tiranizados, e esse é um mundo que a gente já viu e entendeu que não dá certo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as problemáticas e questionamentos levantados, podemos concluir que o ambiente educacional influencia direta e indiretamente na formação pedagógica e cidadã do indivíduo, visto que esta é uma extensão da sociedade e precisa assumir o compromisso social de rever e extinguir práticas educacionais discriminatórias que impactam no processo de ensino-aprendizagem e de construção identitária da/do estudante. Os relatos das educadoras deixam claro que o racismo estrutural se faz presente no ambiente educacional, mas que é possível promover uma educação libertadora, antirracista e antissexista através do debate, de formações para as/os profissionais da educação, da implementação real da Lei nº 10.639/03.

Como podemos observar no decorrer do presente trabalho, a formação de nossa nação é legitimamente provinda da cultura africana e afro-descendente, mas o legado da escravização dificulta as possibilidades de realização de uma sociedade igualitária e democrática, mas esses prejuízos podem ser minimizados ou sanados no ambiente escolar/acadêmico. No entanto, o que observamos nas instituições de ensino é uma extensão do que ocorre na sociedade em geral: pessoas submetidas à opressão de raça e gênero, relegadas ao silenciamento e invisibilidade por colegas, professores e pelo ambiente educacional em geral, levando-as a um sentimento de inferioridade, trazendo efeitos extremamente negativos sob seu comportamento, autoestima e a percepção de si mesmas e das relações interpessoais.

O espaço educacional deve acolher a todos com respeito e equidade, buscando compreender as particularidades e contribuindo para o desenvolvimento e evolução do

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância**

sujeito. Mais do que um espaço para a aprendizagem de conteúdos acadêmicos, este deve ser também lugar de reflexão crítica sobre a realidade e as relações que estão inseridas neste lugar de socialização. Assim, é indispensável que o ambiente escolar/acadêmico atente-se para os valores sociais e as crenças difundidas nesse contexto, haja vista que o manejo inadequado das relações fortalece a proliferação e normalização de práticas discriminatórias intolerantes e inaceitáveis.

A/o professora/or, por sua vez, deve ser uma figura de identificação e referência. Em seu papel de facilitadora/or de conhecimentos, espera-se que esta/e tenha uma prática pedagógica voltada à promoção de equidade entre os discentes, considerando sua identidade e evitando ser perpetuadora/or de visões estigmatizadas sobre o indivíduo. Para isso, a pesquisa é essencial para o desenvolvimento de conteúdos e práticas que contemplem a diversidade existente nas salas de aula, pois, assim como a sociedade muda, a didática precisa se renovar para acompanhar estas mudanças a fim de que o ambiente escolar/acadêmico revele-se significativo para a/o estudante, condizente com sua realidade.

Compreendemos que o combate ao racismo e sexismo deve ser praticado em todos os ambientes, mas especialmente nas instituições de ensino, considerando os impactos que o contexto escolar tem na vida dos sujeitos, sendo a educação o único caminho possível para a formação de pessoas livres. Salientamos ainda a importância da Lei nº 10.639/03 no papel de promover o fortalecimento da cultura e legado africano e afro-descendente, pois estando cientes da verdadeira história de nosso povo, teremos condições de desenvolver novas realidades. Assim como as educadoras protagonistas desta pesquisa, precisamos usar nossa voz e nossa prática para promovermos as transformações que almejamos ver no mundo, reconhecendo nossa função não só de profissionais da educação, mas de formadoras de opinião a fim de ocupar espaços de poder e, principalmente, possibilitar a revolução de valores necessária para que alcancemos, finalmente, a redenção.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade** (recurso eletrônico) / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Corpo-território e educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência.** Salvador: EDUFBA, 2020.
- OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Africanidades e educação: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga.** Julvan Moreira de Oliveira; orientação Maria Cecília Sanchez Teixeira. São Paulo: s. n., 2009.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CASTRO, Tamara. **A Cor da Cultura: caderno de saberes, fazeres e atividades.** Cenpec. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/tematicas/a-cor-da-cultura-modos-de-brincar>>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- PALHARES, Isabela. **Negros são 71,7% dos jovens que abandonam a escola no Brasil.** Folha de S.Paulo. Disponível em:
Instituto de Educação a Distância - IEAD - UNILAB - Campus dos Palmares, Bloco II, 1º Andar, Sala 112, Rodovia CE-060, Km 51, S/n.– Acarape, Ceará
CEP: 62.785-000, CNPJ: 12.397. 930/0001-00.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
IEAD – Instituto de Educação a Distância

<<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml>>. Acesso em 17 jan. 2022.

ACAYABA, Cíntia; REIS, Thiago. **Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública.** Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoos-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1>. Acesso em 17 jan. 2022.

D'ANGELO, Helô. **Em novo livro, autora questiona noção de ‘sororidade’ dentro do feminismo.** Revista Cult. Disponível em <<https://revistacult.uol.com.br/home/dororidade-vilma-piedade/>>. Acesso em 18 jan. 2022.